

Suplemento Definitivo ao  
Prospecto Definitivo de Programa de Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis

**R\$ 150.000.000,00**

**Classificação de Risco Standard & Poor's: brA**

Registro na CVM: nº CVM/SRE/DEB/2004/037, concedido em 14 de outubro de 2004

Terceira emissão, sendo a primeira amparada no Programa de Distribuição (conforme definido abaixo), por MRS Logística S.A. (**Emissora**), para distribuição pública, em série única, de 15.000 (quinze mil) debêntures nominativas escriturais, não conversíveis e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 1º de setembro de 2004 (**Data de Emissão**), perfazendo o total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 1º de setembro de 2008 (**Data de Vencimento**) (**Debêntures**).

Esta emissão é realizada ao amparo do programa de distribuição de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias ou subordinadas, no montante máximo de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), arquivado na CVM em 14 de outubro de 2004 sob o nº CVM/SRE/PRO/2004/006 (**Programa de Distribuição**).

O Programa de Distribuição, a emissão e a distribuição pública das Debêntures são realizados com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 24 de agosto de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 02 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004; (ii) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 24 de agosto de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 02 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004; e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 06 de outubro de 2004, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil".


A Escritura de Emissão foi inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 2004, e seu primeiro aditamento será averbado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Este suplemento (**Suplemento**) e o prospecto do Programa de Distribuição (**Prospecto**) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes hoje em vigor e contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das Debêntures e da Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira e os riscos inerentes à atividade da Emissora.

Este Suplemento e o Prospecto não devem, em qualquer circunstância, ser considerados recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Suplemento e o Prospecto foram preparados com base nas informações prestadas pela Emissora, não implicando, por parte do Coordenador Líder, em qualquer julgamento da situação e do desempenho da Emissora em suas atividades e/ou das Debêntures.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas.

Os investidores devem ler a seção "V. Fatores de Risco", nas páginas 23 a 28 do Prospecto e a seção "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures", nas páginas 26 a 27 deste Suplemento.

 A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 497585, atendendo aos padrões mínimos de informação contidos no mesmo, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora, das instituições participantes e dos títulos mobiliários objeto da oferta.

Coordenador Líder

**PACTUAL**

Instituição Contratada

 **BB INVESTIMENTOS**

A data deste Suplemento é 14 de outubro de 2004

## Índice

I.	Glossário e Abreviaturas.....	01
II.	Características da Operação.....	06
	2.1 Emissora.....	06
	2.2 Breve Descrição da Operação.....	06
	2.3 Coordenador Líder – Pactual.....	07
III.	Identificação de Administradores, Consultores e Auditores.....	08
	3.1 Administradores.....	08
	3.2 Consultores.....	08
	3.3 Auditores.....	09
	3.4 Informações Complementares.....	09
	3.5 Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03.....	10
	3.6 Estimativas e Projeções.....	10
	3.7 Arredondamentos.....	11
IV.	Informações Relativas à Oferta.....	12
	4.1 Composição do Capital Social.....	12
	4.2 Características e Prazos.....	12
	4.3 Cronograma Tentativo das Etapas da Oferta.....	20
	4.4 Divulgação dos Anúncios Relacionados à Oferta.....	20
	4.5 Público Alvo.....	21
	4.6 Inadequação da Oferta a Certos Investidores.....	21
	4.7 Negociação das Debêntures.....	21
	4.8 Manifestação de Aceitação à Oferta.....	21
	4.9 Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta.....	21
	4.10 Suspensão ou Cancelamento da Oferta.....	21
	4.11 Modificação da Oferta.....	22
	4.12 Contrato de Coordenação.....	22
	4.13 Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez.....	23
	4.14 Relação da Emissora com o Coordenador Líder e a Instituição Contratada.....	24
	4.15 Destinação dos Recursos.....	24
V.	Fatores de Risco Relativos às Debêntures.....	26
	5.1 Espécie das Debêntures.....	26
	5.2 Vencimento Antecipado das Debêntures e/ou de Outras Dívidas Relevantes.....	26
	5.3 Limitação Sobre os Ativos da Emissora.....	26
	5.4 Eventual Rebaixamento da Classificação de Risco ( <i>Rating</i> ) das Debêntures.....	26
	5.5 Súmula 176 do STJ.....	26
	5.6 Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro.....	27
	5.7 Regime de Colocação das Debêntures.....	27
Anexos	.....	29
	A. Escritura de Emissão.....	31
	B. Atos Societários Relativos à Emissão das Debêntures.....	105
	C. Súmula da Classificação de Risco Atribuída às Debêntures.....	117
	D. Manifestação da ANTT.....	123

(Esta página fointencionalmente deixada em branco)

## **I. GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS**

Os termos que não estiverem aqui definidos têm o significado a eles atribuído na seção "I. Glossário e Abreviaturas" do Prospecto.

Acordo de Acionistas	Para os fins da Escritura de Emissão, acordo de acionistas da Emissora em vigor na Data de Emissão.
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 36.113.876/0001-91.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
BB-BI	BB Banco de Investimento S.A., com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco G, Lote 32, parte, 24º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 24.933.830/0001-30.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo.
Bovespa Fix	Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bovespa.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão firmado entre a União e a Emissora para a regulação da concessão de prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas, com duração de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Contrato de Coordenação	"Contrato de Coordenação e de Garantia Firme de Colocação e Distribuição de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.
Coordenador Líder	Pactual.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	1º de setembro de 2004.
Data de Integralização	Data de integralização das Debêntures, no ato da subscrição.
Data de Vencimento	1º de setembro de 2008.
Debêntures	15.000 debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 na Data de Emissão, perfazendo o total de R\$150.000.000,00, objeto da Escritura de Emissão e realizada ao amparo do Programa de Distribuição.

Debêntures Objeto da Garantia Firme	Observado o disposto no Contrato de Coordenação, a totalidade das Debêntures, a uma remuneração equivalente à Taxa DI capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,5% ao ano, base 252 dias úteis.
Despesa Financeira Líquida Consolidada	Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 abaixo, juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de <i>hedge</i> , da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas, menos as receitas financeiras, incluindo juros acruados e variações monetárias e cambiais obtidas em aplicações financeiras.
Dívida	Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento, qualquer obrigação, presente ou futura, real ou contingente, de pagar ou reembolsar quantia tomada em empréstimo, incluindo por meio de aceite ou arrendamento mercantil. A Dívida em moeda estrangeira deve ser convertida em reais para que se possa determinar o valor da Dívida em aberto, utilizando-se para tanto a taxa de venda de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) vigente no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo.
Dívida Líquida Consolidada	Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento, soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações e receitas financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.
EBITDA Consolidado	Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento, lucro operacional antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.
Emissora	MRS Logística S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 228, sala 1201 E, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.417.222/0001-77.
Encargos Moratórios	Juros de mora de 1% ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
Escritura de Emissão	"Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e seus eventuais aditamentos."
FGV	Fundação Getúlio Vargas.

Garantia	Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento, hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação ou direito de garantia equivalente, incluindo alienação fiduciária, criado ou existente de acordo com a legislação aplicável.
Garantias Permitidas	<p>Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Garantia existente na Data de Emissão;</li> <li>(ii) Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas (a) para assegurar o pagamento de Dívidas incorridas e/ou a incorrer exclusivamente com o propósito de possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais bens, desde que constituída em até 90 (noventa) dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação; ou (b) existentes sobre tais propriedades, ativos (inclusive sobre ações) ou receitas na data de sua aquisição;</li> <li>(iii) Garantia existente sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas de empresas que venham a ser incorporadas pela Emissora;</li> <li>(iv) qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer das Garantias descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, desde que (a) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto da Garantia sendo prorrogada, renovada ou substituída; e (b) o principal da Dívida garantida não seja aumentado; e</li> <li>(v) qualquer Garantia para assegurar cumprimento de decisões judiciais ou questionamentos judiciais fiscais, tributárias, ambientais, trabalhistas, cíveis e outras, limitadas a qualquer tempo a um valor global de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).</li> </ul>
IGPM	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela FGV.
Índices e Limites Financeiros	Os índices e limites financeiros previstos na Escritura de Emissão e mencionados no item 4.2.26 deste Suplemento.
Instituição Contratada	BB-BI.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.
Lei n.º 6.404/76	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

## Obrigações

### Pactual

Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento, qualquer obrigação de uma Pessoa de pagar Dívida de outra incluindo (i) obrigação de pagar ou assumir tal Dívida; (ii) obrigação de conceder um empréstimo ou adquirir ou subscrever ações ou valores mobiliários, de adquirir ativos ou serviços de modo a gerar fundos para o pagamento de tal Dívida; (iii) uma indenização decorrente de inadimplência no pagamento de tal Dívida; ou (iv) qualquer acordo que estipule a responsabilidade dessa Pessoa pelo pagamento de tal Dívida.

Banco Pactual S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile 230, 28º e 29º andares, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 30.306.294/0001-45.

### Período de Capitalização

O intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade.

### Pessoa

Para os fins da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.26 deste Suplemento, qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

### Prazo da Garantia Firme

O prazo de 1 (um) dia útil para promover a colocação das Debêntures Objeto da Garantia Firme, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

### Preço de Subscrição

Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

### Programa de Distribuição

Programa de distribuição pública de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00, de emissão da Emissora, sendo que os termos e condições de cada uma das emissões ao amparo do Programa de Distribuição serão deliberadas pela Emissora por ocasião das respectivas emissões e constarão de suplemento.

### Prospecto

O prospecto do Programa de Distribuição.

### Remuneração

Juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, capitalizada da Sobretaxa.

### SDT

Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

SND	Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Sobretaxa	<i>Spread</i> ou sobretaxa em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido nos termos da Cláusula 5.17.1 da Escritura de Emissão e do item 4.2.17.1 deste Suplemento.
Suplemento	Este suplemento, relativo a esta emissão de Debêntures, ao amparo do Programa de Distribuição.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ).
Valor Nominal	Valor nominal das Debêntures, de R\$10.000,00.



## II. Características Da Operação

### 2.1 Emissora

A Emissora ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da RFFSA, localizada no eixo do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996 em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$888.900 mil.

A denominação social da Emissora é MRS Logística S.A. e sua sede encontra-se localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 228, sala 1201 E.

### 2.2 Breve Descrição da Operação

Terceira emissão, sendo a primeira amparada no Programa de Distribuição, pela Emissora, para distribuição pública, em série única, de 15.000 debêntures nominativas escriturais, não conversíveis e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, em 1º de setembro de 2004 (Data de Emissão), perfazendo o total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 1º de setembro de 2008 (Data de Vencimento) (Debêntures).

Esta emissão é realizada ao amparo do programa de distribuição de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (Programa de Distribuição).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding*, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das Debêntures.

Ressalvadas as Debêntures subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder a título de investimento, o Coordenador Líder efetuará a colocação das Debêntures junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país.

A emissão será registrada para distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado pela ANDIMA sendo a subscrição liquidada pela CETIP.

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio (i) do SND, administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) do Bovespa Fix, administrado pela Bovespa, sendo aos negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLIC.

Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas no Prazo da Garantia Firme.

A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

## 2.3 Coordenador Líder – Pactual

O Pactual ([www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)) foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, é um banco múltiplo, organizado como uma sociedade privada, com um patrimônio líquido de R\$575.600 mil e recursos administrados na ordem de R\$21 bilhões (em 31 de dezembro de 2003). O Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, *private banking*, tesouraria, investimentos de médio e longo prazos e *sales & trading*. Sua sede está localizada no Rio de Janeiro e possui escritórios nas Cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, e uma subsidiária nas Ilhas Cayman. O Pactual é um dos poucos bancos de investimento independentes, com capital primordialmente nacional, focado no mercado brasileiro.

O Pactual participa ativamente das atividades de *underwriting* e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável.

Desde 2003, a área de mercado de capitais do Pactual assessorou clientes na captação de recursos junto ao mercado local que totalizaram, aproximadamente, R\$2,4 bilhões em operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se as emissões de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional no valor total de R\$900.000 mil, das Lojas Americanas, no valor de R\$200.000 mil e da ALL, no valor de R\$120.000 mil, nas quais o Pactual foi o Coordenador Líder.

### 2.3.1 Instituição Contratada – BB-BI

Em novembro de 1988, o Banco do Brasil S.A. criou o BB Banco de Investimento S.A., subsidiária integral que detém participações permanentes em empresas que representam uma extensão da atividade econômica do conglomerado e possui, também, participações societárias de caráter temporário no capital de empresas que adotam boas práticas de governança corporativa. O resultado do BB-BI origina-se de suas atividades de intermediação financeira, prestação de serviços e participações societárias.

Em 2003, o BB-BI foi líder na originação e distribuição de operações de renda fixa – emissões de debêntures e notas promissórias – no mercado de capitais doméstico. O BB-BI participou de dez das 32 operações efetivadas no ano de 2003 neste segmento, tendo sido a instituição no País mais presente nas emissões do período, com 19,5% do mercado. O volume de negócios realizados pelo banco atingiu R\$1,4 bilhão.

O Banco do Brasil S.A., controlador do BB-BI, é hoje o maior banco do Brasil. Nos últimos anos, tornou-se uma empresa ágil, moderna e competitiva. Seu quadro de pessoal conta com 80.640 funcionários e 14 mil estagiários e adolescentes trabalhadores, para atender com eficiência a maior base de clientes e a maior rede própria de atendimento do Sistema Financeiro Nacional. São mais de 12 mil pontos de atendimento em todo o Brasil e em mais de 30 cidades do exterior, onde se espalham agências, unidades de negócios e escritórios, além de quatro subsidiárias, estando presente em 21 países.

Em seus 195 anos de história, o Banco do Brasil tem se diferenciado pela capacidade de atender segmentos do mercado financeiro, com produtos, serviços e soluções em negócios, sem descuidar do papel social de fomentador de programas, projetos e iniciativas que reafirmam os mais autênticos valores da sociedade brasileira.

O Banco do Brasil está organizado, atualmente, na forma de banco múltiplo. Quatorze empresas formam hoje o Conglomerado Banco do Brasil.

### III. IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

#### 3.1 Administradores

MRS Logística S.A.  
Praia de Botafogo 228, sala 1201 E  
22250-906 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Henrique Aché Pillar  
Diretor Financeiro, de Desenvolvimento e de Relações com Investidores  
Telefone: (21) 2559 4601  
Fac-símile: (21) 2559 4613  
Correio Eletrônico: [daf@mrs.com.br](mailto:daf@mrs.com.br)

Para maiores informações sobre os administradores da Emissora, *vide* "XIII. Administração e Conselho Fiscal – 13.1 Administração" no Prospecto.

#### 3.2 Consultores

##### 3.2.1 Coordenador Líder

Banco Pactual S.A.  
Av. República do Chile 230, 28º e 29º andares  
20031-170 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Leandro Micotti  
Telefone: (21) 2514 9797  
Fac-símile: (21) 2514 8600

##### 3.2.2 Instituição Contratada

BB Banco de Investimento S.A.  
Rua Lélio Gama 105, 28º andar  
20031-080 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Leonardo Silva de Loyola Reis  
Telefone: (21) 3808 3773  
Fac-símile: (21) 3808 3239  
Correio Eletrônico: [leoloyola@bb.com.br](mailto:leoloyola@bb.com.br)

##### 3.2.3 Agente Fiduciário

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Av. das Américas 500, Bl. 13, Grupo 205  
22640-100 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Juarez Dias Costa – Diretor  
Telefone: (21) 2493 7003  
Fac-símile: (21) 2493 4746/4901  
Correio Eletrônico: [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

##### 3.2.4 Instituição Depositária

Banco Bradesco S.A.  
Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar  
06029-900 Osasco, SP  
At.: Departamento de Ações e Custódia  
Telefone: (11) 3684 4522  
Fac-símile: (11) 3684 5645  
Correio Eletrônico: [4010.acecustodia@bradesco.com.br](mailto:4010.acecustodia@bradesco.com.br)

### 3.2.5 CETIP

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP  
Rua Líbero Badaró 425, 24º andar  
01009-000 São Paulo, SP

At.: Área de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111 1596  
Fac-símile: (11) 3111 1564  
Correio Eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

### 3.2.6 CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC  
Rua XV de Novembro 275, 5º andar  
01013-001 São Paulo, SP

At.: Gerência de Acompanhamento de Empresas  
Telefone: (11) 3233 2222  
Fac-símile: (11) 3233 2061  
Correio Eletrônico: [gae@bovespa.com.br](mailto:gae@bovespa.com.br)

### 3.2.7 Consultores Legais do Coordenador Líder

Pinheiro Guimarães – Advogados  
Av. Paulista 1842, Torre Norte, 13º andar  
01310-200 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3283 5811  
Fac-símile: (11) 3251 0627

### 3.2.8 Consultores Legais da Emissora

MRS Logística S.A.  
Praia de Botafogo 228, sala 1201 E  
22250-906 Rio de Janeiro, RJ

At.: Japyassú Resende Lima – Assessoria Jurídica  
Telefone: (32) 3239 3590  
Fac-símile: (32) 3239 3609/3583

## 3.3 Auditores

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
Av. Presidente Wilson 231  
20030-021 Rio de Janeiro, RJ  
Telefone: (21) 3981 0500  
Fac-símile: (21) 3981 0600

## 3.4 Informações Complementares

Maiores informações sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e a Instituição Contratada, ou na CVM, em sua página na rede mundial de computadores ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários  
Centro de Consulta  
Rua Sete de Setembro 111, 5º andar  
Rio de Janeiro, RJ

Comissão de Valores Mobiliários  
Rua Formosa 367, 20º andar  
São Paulo, SP

### 3.5 Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

A Emissora declara ser a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição, incluindo aquelas contidas neste Suplemento.

A Emissora e o Coordenador Líder declaram que este Suplemento (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Emissora; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

### 3.6 Estimativas e Projeções

O presente Suplemento contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "acredita", "estima" e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que essas declarações prospectivas baseiem-se em pressupostos razoáveis, essas declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas, e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de transporte ferroviário de carga incluídas no Prospecto foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral, e a Emissora e o Coordenador Líder não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão das mesmas.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- a conjuntura geral econômica, política e comercial nos mercados de atuação da Emissora, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos Estados Unidos da América;
- o nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora;
- a capacidade da Emissora de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- direção de operações futuras;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora;
- implementação de estratégia e capacidade de investimento;
- implementação das medidas exigidas de acordo com o Contrato de Concessão celebrado com o governo;
- desfecho de processos de grande monta relativos a tributação, questões trabalhistas e outras questões legais; e
- outros fatores identificados ou discutidos na seção "V. Fatores de Risco" do Prospecto ou na seção "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures" deste Suplemento.

As declarações prospectivas da Emissora não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nas declarações prospectivas. Quanto às declarações prospectivas relacionadas a resultados financeiros futuros e outras projeções, os resultados efetivos serão diferentes em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Suplemento, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

A Emissora e o Coordenador Líder não assumem qualquer obrigação de atualizar publicamente qualquer declaração prospectiva, seja em função de novas informações, de acontecimentos futuros, seja por qualquer outro motivo.

### **3.7 Arredondamentos**

Algumas cifras apresentadas neste Suplemento poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

## IV. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

### 4.1 Composição do Capital Social

Em 30 de junho de 2004, o capital social da Emissora era de R\$315.300 mil, representado por 340.000 mil ações escriturais, sem valor nominal, sendo 188.333 mil ações ordinárias e 82.076 mil ações preferenciais classe A e 69.591 mil ações preferenciais classe B.

Em 30 de junho de 2004, a Emissora possuía um total de 418 acionistas. A tabela abaixo reflete as principais posições acionárias em 30 de junho de 2004:

Acionista	Ações Ordinárias	Capital Votante (%)	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Capital Total (%)
CSN	35.258.424	18,72	40.209.312	34.092.604	32,22
MBR	33.171.933	17,61	40.209.312	34.092.604	31,61
CVRD	34.500.962	18,32	416.296	353.008	10,37
Usiminas	34.312.482	18,22	185.517	157.288	10,19
Ultrafértil	12.092.603	6,42	0	0	3,56
Gerdau	4.240.452	2,25	0	0	1,25
CBLC	951.610	0,51	702	595	0,28
Outros	33.804.200	17,95	1.055.035	895.061	10,52
Total	<u>188.332.666</u>	<u>100</u>	<u>82.076.174</u>	<u>69.591.160</u>	<u>100</u>

### 4.2 Características e Prazos

Para maiores informações, *vide* "Anexo A – Escritura de Emissão".

- 4.2.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.
- 4.2.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.
- 4.2.3 *Quantidade.* Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 4.2.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (Valor Nominal).
- 4.2.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 4.2.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 4.2.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 4.2.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie sem preferência (quirografárias).
- 4.2.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que, na Data de Emissão, (i) o limite de emissão, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor contábil do ativo da Emissora (R\$1.039.088.621,73 (um bilhão, trinta e nove milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos)), diminuído do montante das suas dívidas garantidas por direitos reais (R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um

centavos)), é R\$647.266.942,02 (seiscentos e quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e dois centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), totaliza R\$541.821.679,71 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos).

- 4.2.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2004 (Data de Emissão).
- 4.2.10 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2008 (Data de Vencimento).
- 4.2.11 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere o item 4.2.17.1 abaixo, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das Debêntures.
- 4.2.12 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 4.2.13 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização) e em moeda corrente nacional.
- 4.2.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (Preço de Subscrição).
- 4.2.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 4.2.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 4.2.17 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido nos termos do item 4.2.17.1 abaixo (Sobretaxa e, em conjunto com a Taxa DI, Remuneração).
- 4.2.17.1 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Para definição da Remuneração, foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, a qual foi ratificada pelo conselho de administração da Emissora.
- 4.2.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2005 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.



4.2.17.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração, a ser paga na data do seu pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$\prod_{i=1}^{i=f}$  = produto dos "i" termos "FI" referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com "i" variando de 1 (um) até "f";

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI<sub>i</sub> = fatores de remuneração, verificados nos "f" dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização calculados com 8 (oito) casas decimais com arredondamento e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{\text{TaxaDI}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

TaxaDI = Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dj" um número inteiro; e

S = fator de Sobretaxa, calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[ \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right], \text{ onde:}$$

s = Sobretaxa informada com 2 (duas) casas decimais, definida e prevista no item 4.2.17.1 acima; e

du = número de dias úteis do Período de Capitalização, sendo "du" um número inteiro.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade.

4.2.17.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item 4.2.17.5 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.2.17.5 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembléia

geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de debenturistas mencionada neste item, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

- 4.2.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação.
- 4.2.19 *Resgate antecipado facultativo.* A partir de 1º de setembro de 2006 (inclusive) e desde que a Emissora publique aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de resgate, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de prêmio de resgate antecipado no valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal acrescido da Remuneração, conforme mencionado acima. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Para as debêntures registradas na CETIP, o resultado do sorteio, realizado na presença do Agente Fiduciário, dar-se-á através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND, no mercado secundário.
- 4.2.20 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 4.2.21 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (Encargos Moratórios).
- 4.2.22 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 4.2.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 4.2.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.

- 4.2.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.
- 4.2.25 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", e por meio do *site* da Emissora ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, na Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.
- 4.2.26 *Vencimento Antecipado.* Observado o disposto nos itens abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto no item 4.2.26.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. (a) pedido de auto-falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou (c) pedido de concordata formulado pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementarará a atual legislação sobre falências e concordatas);
  - II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas condições expressamente mencionadas na Escritura de Emissão e em eventuais alterações posteriores, nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
  - III. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso deste item ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos deste item;
  - IV. perda da concessão outorgada à Emissora para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga nos termos do Contrato de Concessão firmado em 28 de novembro de 1996 (Contrato de Concessão);
  - V. alteração no acordo de acionistas da Emissora em vigor na Data de Emissão (Acordo de Acionistas), de forma que Companhia Vale do Rio Doce (diretamente ou por meio de suas controladas) e/ou Companhia Siderúrgica Nacional e/ou Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas deixem de deter, individualmente, ações vinculadas ao Acordo de Acionistas equivalentes a, (a) no mínimo, 17% (dezessete por cento) do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas e (b) no máximo, 50% (cinquenta) por cento do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, ressalvado que este inciso não será aplicável se a ocorrência do aqui disposto resultar de qualquer uma das operações previstas no inciso VI abaixo, desde que a Emissora tenha cumprido com os requisitos ali previstos;

- VI. fusão, incorporação ou cisão da Emissora salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- VII. ocorrência de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo, se for o caso, a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer controlada não será considerada para os fins deste inciso): (a) fusão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (b) incorporação (aplicável apenas à Emissora quando esta for a incorporadora e às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (c) cisão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) das Debêntures atribuída inicialmente à emissão além de 2 (dois) níveis de classificação (*notches*) e/ou a Emissora ou a empresa resultante dos atos acima, conforme o caso, tenha classificação de risco (*rating*) corporativo inferior a A- em escala nacional, conforme determinado pela agência de classificação de risco Standard & Poor's; e/ou (ii) no desenquadramento dos Índices e Limites Financeiros;
- VIII. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou à controlada, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, e quaisquer ligadas da Emissora;
- IX. (a) celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou qualquer forma de repasse ou empréstimo, pela Emissora, de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, (i) a qualquer ligada da Emissora; ou (ii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iii) a qualquer terceiro se a operação for igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas; ou (b) permissão, pela Emissora, que qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora celebre, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repasse ou empreste recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, a qualquer entidade, pessoa física ou pessoa jurídica que não seja a Emissora ou uma controlada da Emissora;

- X. criação ou permissão da existência, pela Emissora, de qualquer Garantia outra que as Garantias Permitidas, seja sobre a totalidade ou parte de empreendimento ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito, incluindo quotas ou ações, e não integralizado), destinada a garantir suas Dívidas, qualquer de suas Obrigações ou Dívidas ou Obrigações de outra Pessoa, sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia, mas desde que a Garantia não recaia sobre bens do ativo circulante da Emissora de valor contábil superior ao equivalente a 5% (cinco por cento) do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão;
- XI. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão (Índices e Limites Financeiros):
- (a) limite máximo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres;
  - (b) limite mínimo de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres pela Despesa Financeira Líquida Consolidada do mesmo período, sendo permitido à Emissora o desenquadramento do Índice e Limite Financeiro a que se refere esta alínea por, no máximo, 4 (quatro) trimestres, consecutivos ou não, tornando-se obrigatório o reenquadramento após o último dos 4 (quatro) trimestres acima permitidos;
- XII. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, salvo quando autorizadas pelo Poder Concedente (conforme definido no Contrato de Concessão), pela Rede Ferroviária Federal S.A. ou por sua sucessora, e desde que não comprometa ou possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão;
- XIII. (a) celebração, permissão que sejam renovados ou renovação, pela Emissora, de acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições da Escritura de Emissão;
- XIV. as declarações previstas na Cláusula 10.1 da Escritura de Emissão provarem-se inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante;
- XV. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas;
- XVI. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- XVII. condenação da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, ao

pagamento de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres, para pagamento em prazo não superior a 1 (um) ano, excluindo depósitos judiciais que tenham sido realizados até a Data de Emissão;

- XVIII. ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas dos negócios da Emissora, resultante de mudanças regulatórias, decisões de investimento da Emissora ou alterações nas condições contratuais junto aos clientes da Emissora, que afete, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura de Emissão;
- XIX. mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso; e
- XX. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário.

4.2.26.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, IV e VI do item 4.2.26 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.2.26.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos no item 4.2.26 acima (que não sejam aqueles previstos no item 4.2.26.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 da Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.2.26.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II do item 4.2.26 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

#### 4.2.27 *Assembléia dos debenturistas.*

4.2.27.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

4.2.27.2 A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

4.2.27.3 A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

4.2.27.4 A presidência da assembléia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



4.2.27.5 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto no item 4.2.27.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

4.2.27.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 4.2.27.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de valores previstos na Escritura de Emissão; ou (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

4.2.27.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum deliberação em qualquer assembléia de debenturistas, além do disposto no item (i), também serão excluídos os votos em branco.

4.2.27.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

4.2.27.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

4.2.27.9 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

#### 4.3 Cronograma Tentativo das Etapas da Oferta

Evento	Data Estimada
Reunião do conselho de administração recomendando a aprovação do Programa de Distribuição e da emissão das Debêntures	24/8/2004
Assembléia geral extraordinária aprovando o Programa de Distribuição e a emissão das Debêntures	24/8/2004
Protocolo do pedido de arquivamento do Programa de Distribuição e de registro de distribuição pública das Debêntures junto à CVM	26/8/2004
Publicação do aviso ao mercado sobre o prospecto preliminar	21/9/2004
Início do período de coleta de intenções investimento ( <i>bookbuilding</i> )	6/10/2004
Término do período de coleta de intenções investimento ( <i>bookbuilding</i> )	6/10/2004
Reunião do conselho de administração da Emissora ratificando a Remuneração apurada no procedimento de <i>bookbuilding</i>	6/10/2004
Registro da distribuição pela CVM	14/10/2004
Publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures	15/10/2004
Liquidação física e financeira da oferta	15/10/2004
Publicação do anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures	18/10/2004

#### 4.4 Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta

Vide item 4.2.25 acima.

#### **4.5 Público Alvo**

Ressalvadas as Debêntures subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder a título de investimento, o Coordenador Líder efetuará a colocação das Debêntures junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país.

#### **4.6 Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado ou de empresas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de carga. Os investidores devem ler a seção "V. Fatores de Risco" no Prospecto e a seção "V. Fatores de Risco Relacionados às Debêntures" neste Suplemento.

#### **4.7 Negociação das Debêntures**

As Debêntures serão registradas para negociação por meio do SND e do Bovespa Fix.

#### **4.8 Manifestação de Aceitação à Oferta**

Os investidores terão o prazo de 1 (um) dia útil contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição das debêntures para manifestar ao Coordenador Líder, por meio dos procedimentos do SDT, sua aceitação à subscrição das Debêntures.

#### **4.9 Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta**

Exceto na ocorrência das situações expressamente previstas da Instrução CVM n.º 400/03, aos investidores que tiverem aceito a oferta não será permitido revogá-la.

#### **4.10 Suspensão ou Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM n.º 400/03, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM n.º 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender a oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. A rescisão do Contrato de Coordenação importará no cancelamento do registro.

A Emissora dará conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceito a oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas,



correspondendo ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data da efetiva restituição, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

#### **4.11 Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM n.º 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, de modificação ou revogação da oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas.

A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, correspondendo ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data da efetiva restituição, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Debêntures. O Coordenador Líder deverá acautelar-se e certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

O Coordenador Líder comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência ao Coordenador Líder ou em sua sede, no endereço indicado na seção "III. Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, aplicar-se-á o disposto no terceiro parágrafo deste item que se refere à restituição dos valores aos investidores.

#### **4.12 Contrato de Coordenação**

O Contrato de Coordenação está disponível para consulta na sede da Emissora, no endereço indicado no item 3.1 acima.

##### **4.12.1 Coordenador Líder**

O Coordenador Líder é o Pactual. Para maiores informações sobre o Coordenador Líder, vide "II. Características da Operação – 2.3 Coordenador Líder – Pactual" e "III. Identificação de Administradores, Consultores e Auditores – 3.2 Consultores – 3.2.1 Coordenador Líder".

##### **4.12.2 Instituição Contratada**

O Coordenador Líder contratou a Instituição Contratada para efetuar a colocação das Debêntures.

##### **4.12.3 Regime de Colocação**

Observadas as condições previstas no Contrato de Coordenação e no procedimento de *bookbuilding* previsto no item 4.2.17.1 acima, o Coordenador Líder garante a subscrição e a integralização da totalidade das Debêntures, obrigando-se a colocá-las ou subscrevê-las a uma remuneração equivalente à Taxa DI capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Debêntures Objeto da Garantia Firme).

O Coordenador Líder terá o prazo de 1 (um) dia útil para promover a colocação das Debêntures Objeto da Garantia Firme, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (Prazo da Garantia Firme). O Prazo da Garantia Firme poderá ser estendido por até 7 (sete) dias úteis em virtude da ocorrência de eventos alheios à vontade do Coordenador Líder, tais como, exemplificativamente, a não disponibilidade dos serviços de liquidação da CETIP, que comprovadamente dificultem ou impeçam a colocação das Debêntures no Prazo da Garantia Firme.

Se, ao final do Prazo da Garantia Firme, as Debêntures Objeto da Garantia Firme não tiverem sido colocadas, o Coordenador Líder obriga-se a subscrever o eventual saldo existente no mesmo dia do término do Prazo da Garantia Firme, nos termos acima.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM n.º 400/03, caso o Coordenador Líder eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures nos termos acima; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, o preço de revenda de tais Debêntures será equivalente ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda.

#### 4.12.4 Remuneração

A título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Coordenação, a Emissora pagará ao Coordenador Líder comissão de garantia firme e de colocação, devida e a ser paga na primeira Data de Integralização, equivalente ao maior valor entre (i) R\$1.400.000,00; e (ii) 0,7% (sete décimos por cento), calculada sobre o Preço de Subscrição multiplicado pela quantidade de Debêntures efetivamente colocadas.

Além da remuneração prevista neste item, nenhuma outra será contratada ou paga pela Emissora, direta ou indiretamente.

#### 4.12.5 Custo da Distribuição

A tabela abaixo demonstra o custo total da distribuição das Debêntures, assumindo a colocação total das Debêntures, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Total da Distribuição das Debêntures	Valor (R\$)
Valor da Emissão	150.000.000,00
Custo da Distribuição	1.482.870,00
Custo de Registro junto à CVM	82.870,00
Custo da Remuneração ao Coordenador Líder	1.400.000,00
Comissão de Garantia Firme e Colocação	1.400.000,00
Montante Líquido para a Emissora	148.517.130,00
Percentual do Custo da Distribuição em Relação ao Valor da Emissão	0,99%

A tabela abaixo demonstra o custo unitário da distribuição das Debêntures, assumindo a colocação total das Debêntures, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Unitário da Distribuição das Debêntures	Valor (R\$)
Valor Nominal Unitário	10.000,00
Custo da Distribuição por Debênture	98,86
Montante Líquido para a Emissora	9.901,14

#### 4.13 Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não serão celebrados contratos de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

#### 4.14 Relação da Emissora com o Coordenador Líder e com a Instituição Contratada

##### 4.14.1 Coordenador Líder

Além do Contrato de Coordenação relativo à primeira emissão da Emissora ao amparo do Programa de Distribuição, o Coordenador Líder mantém relacionamento com a Emissora em operações usuais no mercado financeiro, tais como operações de certificados de depósitos bancários e *swap*.

##### 4.14.2 Instituição Contratada

Além da presente emissão, o BB-BI mantém amplo relacionamento com a Emissora através de seu controlador, o Banco do Brasil S.A., em transações comerciais usuais no mercado financeiro por meio de operações de banco comercial. O Banco do Brasil S.A. presta ainda à Emissora serviços bancários em geral, tais como conta-corrente, pagamento de salários, recolhimento de tributos, recolhimentos de carnês, guias e assemelhados, fechamento de operações de câmbio e ordens de pagamento. Em 30 de junho de 2004, o saldo de operações em aberto com a Emissora era cerca de R\$15.000 mil.

#### 4.15 Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora e o saldo, se houver, permanecerá na caixa da Emissora, como reforço de caixa, de forma a contribuir para o desenvolvimento das suas atividades rotineiras.

##### 4.15.1 Usos e Fontes

As Debêntures serão colocadas em regime de (i) garantia firme somente a uma remuneração equivalente à Taxa DI capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,5% ao ano, base 252 dias úteis; ou (ii) melhores esforços se a Sobretaxa, definida no procedimento de *bookbuilding*, venha a ser diferente da sobretaxa acima definida.

Seguem abaixo os quadros de fontes e usos dos recursos obtidos com a presente emissão:

Fontes	%	Valor (R\$ mil)
Debêntures	100	150.000
Total	100	150.000

Usos	%	Valor (R\$ mil)
Amortização e Juros da Debêntures da Segunda Emissão (1)	75	112.576
Reforço de Caixa (1)	25	37.424
Total	100	150.000

(1) Em 1º de outubro de 2004, data de pagamento de amortização e de juros das debêntures da segunda emissão, o saldo devedor era de R\$137.762 mil, de modo que o saldo restante da distribuição das Debêntures, de R\$12.238 mil, será utilizado como reforço de caixa, de forma a contribuir para o desenvolvimento das atividades rotineiras da Emissora, sendo que a média mensal do custo das atividades rotineiras da Emissora dos 12 meses entre outubro de 2003 e setembro de 2004 foi de aproximadamente R\$100.000 mil.

Caso as Debêntures venham a ser colocadas em regime de melhores esforços e as Debêntures sejam colocadas parcialmente, a Emissora espera obter os recursos correspondentes à diferença entre o montante captado e o montante total da distribuição por meio de empréstimos bancários.

##### *Segunda Emissão de Debêntures da Emissora*

Em 1º de outubro de 2001, a Emissora realizou sua segunda emissão de 70.000 debêntures subordinadas, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, com garantia flutuante, em duas séries, sendo a primeira de R\$250 milhões, indexada de acordo com a variação da Taxa DI mais um "*spread*" de 1,2% ao ano e a segunda série de R\$450 milhões, indexado ao IGPM mais um "*spread*" de 13,5% ao ano, totalizando R\$700 milhões.

Em 20 de dezembro de 2001, os membros do conselho de administração deliberaram, por unanimidade, sobre o cancelamento de todas as debêntures da primeira série da segunda emissão da Emissora, uma vez que nenhuma delas havia sido colocada. Das debêntures da segunda série, R\$360.000 mil foram colocados no mercado e R\$90 mil permaneceram em tesouraria.

Os recursos captados com a emissão das debêntures foram usados para estruturação de operações de *hedge* com caixa e possibilitar operação de *swap* de indexadores de Dólar para real de parte importante da dívida da Emissora.

As debêntures têm prazo de 72 meses, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures são amortizados em cinco parcelas de 10%, 15%, 20%, 25% e 30% em 1º de outubro de cada ano a partir de 2002.

Em 30 de junho de 2004, o saldo devedor das debêntures em circulação era de R\$373.800 mil. Na data deste Suplemento, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

#### 4.15.2 Capitalização Pro Forma

O quadro de capitalização pro forma abaixo demonstra o efeito no balanço patrimonial da Emissora, após a presente emissão, em 30 de junho de 2004:

Ativo (R\$ mil)	Consolidado e Revisado em 30.6.04	Após Distribuição das Debêntures em 30.6.04
Circulante	561.378	709.895
Disponibilidades	313.556	462.073
Créditos	123.731	123.731
Estoques	30.228	30.228
IR e CSLL Diferidos	27.087	27.087
Outros	66.776	66.776
Realizável a Longo Prazo	345.984	347.467
Créditos Diversos	72.699	72.699
IR e CSLL Diferidos	74.218	74.218
Outros	199.067	200.550
Permanente	703.960	703.960
Investimentos	1.100	1.100
Imobilizado	612.375	612.375
Diferido	90.485	90.485
Total	<u>1.611.322</u>	<u>1.761.322</u>

Passivo (R\$ mil)	Consolidado e Revisado em 30.6.04	Após Distribuição das Debêntures em 30.6.04
Circulante	542.919	542.919
Empréstimos e Financiamentos	98.986	98.986
Debêntures	112.578	112.578
Fornecedores	44.789	44.789
Impostos, Taxas e Contribuições	48.389	48.389
Provisões	71.433	71.433
Outros	166.744	166.744
Exigível a Longo Prazo	706.714	856.714
Empréstimos e Financiamentos	395.208	395.208
Debêntures	261.262	411.262
Provisões	28.629	28.629
Outros	21.615	21.615
Patrimônio Líquido	361.689	361.689
Capital Social Integralizado	315.300	315.300
Lucros Acumulados	46.389	46.389
Total	<u>1.611.322</u>	<u>1.761.322</u>

## **V. FATORES DE RISCO RELATIVOS ÀS DEBÊNTURES**

Ao considerar a possibilidade de investimento nas Debêntures, potenciais investidores deverão analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Prospecto e neste Suplemento e, particularmente, os fatores de risco descritos abaixo e no Prospecto. Os termos utilizados nesta seção que não estiverem aqui definidos têm o significado a eles atribuído na seção "I. Glossário e Abreviaturas" do Prospecto ou deste Suplemento.

### **5.1 Espécie das Debêntures**

As Debêntures serão da espécie quirografária, na forma disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76. Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures, as mesmas concorrerão em igualdade de condições com os demais credores da Emissora sem preferência em caso de liquidação da Emissora.

### **5.2 Vencimento Antecipado das Debêntures**

Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão todas ao mesmo tempo e, neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros suficientes para quitar todas simultaneamente.

### **5.3 Limitação Sobre os Ativos da Emissora**

Em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das Debêntures, a execução judicial do crédito representado pelo valor devido e não pago das Debêntures pode ser prejudicada pelo montante insuficiente de bens da Emissora passíveis de serem penhorados e vendidos judicialmente, tendo em vista que parcela substancial dos ativos da Emissora são arrendados da RFFSA e essenciais à prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas. Assim sendo, a satisfação do crédito mediante penhora e venda judicial dos ativos da Emissora poderá ser dificultada pela insuficiência de ativos passíveis de penhora.

### **5.4 Eventual Rebaixamento nas Classificações de Risco (*Rating*) das Debêntures**

Um eventual rebaixamento na classificação de risco divulgado pela agência de classificação de risco (*rating*) Standard & Poor's poderá implicar uma menor liquidez para a negociação das Debêntures, que permita aos seus titulares a pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento nas Debêntures ou que o retorno esperado pelos titulares, caso decidam pelo desinvestimento, seja menor que o previsto na Escritura de Emissão. Adicionalmente, um rebaixamento das Debêntures poderá ensejar em um rebaixamento na classificação de risco da própria Emissora, o que implicará em dificuldade futura para a Emissora na captação de recursos junto ao mercado financeiro.

### **5.5 Súmula 176 do STJ**

O STJ editou a Súmula n.º 176, declarando ser "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures serão remuneradas com base na Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP. Assim, numa eventual cobrança judicial das Debêntures, o entendimento da Súmula n.º 176 poderá ser aplicado para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Neste caso, o índice que vier a ser estipulado pelo judiciário poderá conceder aos debenturistas uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

## **5.6 Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro**

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de Debêntures. Os subscritores das Debêntures não tem nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

## **5.7 Regime de Colocação das Debêntures**

De acordo com o Contrato de Coordenação, o Coordenador Líder garante a subscrição e a integralização da totalidade das Debêntures somente a uma remuneração equivalente à Taxa DI capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,5% ao ano, base 252 dias úteis, de modo que caso a Sobretaxa, definida no procedimento de *bookbuilding*, venha a ser diferente da sobretaxa acima definida, a colocação das Debêntures será pelo regime de melhores esforços.

Nenhuma garantia pode ser dada de que a totalidade das Debêntures sob o regime de melhores esforços será efetivamente colocada e, conseqüentemente, de que o volume total da emissão será efetivamente captado. Assim, a destinação dos recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures poderá não ser totalmente atingida, de modo que a Emissora poderá não encontrar outras fontes de captação de recursos disponíveis, fazendo com que a Emissora tenha que rever o seu plano de alongamento do perfil de suas dívidas, o que poderá afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros.

(Esta página fointencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXOS**

- A. Escritura de Emissão
- B. Atos Societários Relativos à Emissão das Debêntures
- C. Súmula da Classificação de Risco Atribuída às Debêntures
- D. Manifestação da ANTT



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO A**

Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA TERCEIRA EMISSÃO DE  
MRS LOGÍSTICA S.A.**

MRS LOGÍSTICA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 228, sala 1201 E, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.417.222/0001-77, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

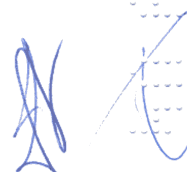
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

**I  
DA AUTORIZAÇÃO**

- 1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Emissora e da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora ("AGE") realizadas em 24 de agosto de 2004, cujas atas foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 2004 e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004, pelas quais foram aprovadas (i) a realização de um programa de distribuição de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (ii) a 3ª (terceira) emissão de debêntures pela Emissora, sendo a 1ª (primeira) amparada no Programa de Distribuição, conforme a seguir descrita.
- 2 A AGE autorizou o conselho de administração a (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6404, de

GAP



15 de dezembro de 1976, deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à emissão das Debêntures, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

## II DOS REQUISITOS

2. A emissão e distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

*inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro:

- II. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");
- III. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro.

na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

### III

#### DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga; (ii) a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de condomínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; (iii) a exploração de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário; (iv) atuação, na forma da lei, como operador portuário, executando serviços e operações de movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário; (v) participação em projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos; (vi) execução de todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores; e (vii) exercício de outras atividades que utilizem como base a infra-estrutura da Emissora.

### IV

#### DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora e o saldo, se houver, permanecerá no caixa da Emissora (como reforço de caixa, de forma a permitir o desenvolvimento das suas atividades e prover a Emissora de liquidez adicional), aguardando por oportunidade de uso.

### V

#### DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

*Quantidade.* Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

*Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").

*Séries.* A emissão será realizada em série única.

*Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

*Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.

*Espécie.* As Debêntures serão da espécie sem preferência (quirografárias).

*Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que, na Data de Emissão, (i) o limite de emissão, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor contábil do ativo da Emissora (R\$1.039.088.621,73 (um bilhão trinta e nove milhões oitenta e oito mil seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos)), diminuído do montante das suas dívidas garantidas por direitos reais (R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões oitocentos e vinte e um mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos)), é R\$647.266.942,02 (seiscentos e quarenta e sete milhões duzentos e sessenta e seis mil novecentos e quarenta e dois reais e dois centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões oitocentos e vinte e um mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), totaliza R\$541.821.679,71 (quinhentos e quarenta e um milhões oitocentos e vinte e um mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos).

- 5.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2004 ("Data de Emissão").

*Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2008 ("Data de Vencimento").

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de

distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 abaixo, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das Debêntures.

*Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.

*Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.

*Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").

*Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.

*Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em (uma) única parcela na Data de Vencimento.

*Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido nos termos da Cláusula 5.17.1 abaixo ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração").

5.17.1 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Para definição da Remuneração, será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo coordenador líder da emissão ("Coordenador Líder") por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, a qual será ratificada pelo conselho de administração da Emissora.

5.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento



em 1º de março de 2005 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

5.17.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \times (S) - 1 \right], \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração, a ser paga na data do seu pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$\prod_{i=1}^{i=f}$  = produto dos "i" termos "FI" referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com "i" variando de 1 (um) até "f";

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI = fatores de remuneração, verificados nos "f" dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) calculados com 8 (oito) casas decimais com arredondamento e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{\text{TaxaDI}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

TaxaDI = Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dj" um número inteiro; e

S = fator de Sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[ \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right], \text{ onde:}$$

s = Sobretaxa informada com duas casas decimais, definida e prevista na Cláusula 5.17.1 acima; e

$du$  = número de dias úteis do Período de Capitalização, sendo " $du$ " um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade.

- 5.17.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.5 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.
- 5.17.5 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembléia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.
5. 8 *Repactuação*. Não haverá repactuação.

*Resgate antecipado facultativo.* A partir de 1º de setembro de 2006 (inclusive) e desde que a Emissora publique aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de resgate, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de prêmio de resgate antecipado no valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal acrescido da Remuneração, conforme mencionado acima. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

*Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

*Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

*Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

*Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os

debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

- 5.23 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

*Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", e por meio do *site* da Emissora ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

*Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.



para a Emissora:

MRS Logística S.A.  
Praia de Botafogo 228, sala 1201 E  
22250-906 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Eduardo P.J. Cassinelli  
Superintendente Financeiro  
Telefone: (21) 2559 4600  
Fac-símile: (21) 2552 2635  
Correio Eletrônico: [edu@mrs.com.br](mailto:edu@mrs.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Av. das Américas 500, Bl. 13, Grupo 205  
22640-100 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Juarez Dias Costa – Diretor  
Telefone: (21) 2493 7003  
Fac-símile: (21) 2493 4746/4901  
Correio Eletrônico: [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

- 5.27 *Instituição depositária e banco mandatário.* O Banco Bradesco S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária").

## VI

### DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6. Observado o disposto nas Cláusulas abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de auto-falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou  
(c) pedido de concordata formulado pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial

análogo previsto na legislação que substituirá ou complementarará a atual legislação sobre falências e concordatas);

- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas condições expressamente mencionadas nesta Escritura de Emissão e em eventuais alterações posteriores, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- III. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- IV. perda da concessão outorgada à Emissora para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga nos termos do Contrato de Concessão firmado em 28 de novembro de 1996 ("Contrato de Concessão");
- V. alteração no acordo de acionistas da Emissora em vigor na Data de Emissão ("Acordo de Acionistas"), de forma que Companhia Vale do Rio Doce (diretamente ou por meio de suas controladas) e/ou Companhia Siderúrgica Nacional e/ou Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas deixem de deter, individualmente, ações vinculadas ao Acordo de Acionistas equivalentes a, (a) no mínimo, 17% (dezesete por cento) do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas e (b) no máximo, 50% (cinquenta) por cento do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, ressalvado que este inciso não será aplicável se a ocorrência do aqui disposto resultar de qualquer uma das operações previstas no inciso VI abaixo, desde que a Emissora tenha cumprido com os requisitos ali previstos;
- VI. fusão, incorporação ou cisão da Emissora salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data



de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- VII. ocorrência de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo, se for o caso, a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer controlada não será considerada para os fins deste inciso): (a) fusão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (b) incorporação (aplicável apenas à Emissora quando esta for a incorporadora e às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (c) cisão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) das Debêntures atribuída inicialmente à emissão além de 2 (dois) níveis de classificação (*notches*) e/ou a Emissora ou a empresa resultante dos atos acima, conforme o caso, tenha classificação de risco (*rating*) corporativo inferior a A- em escala nacional, conforme determinado pela agência de classificação de risco Standard & Poor's; e/ou (ii) no desenquadramento dos Índices e Limites Financeiros (conforme definido abaixo);
- VIII. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu contravalor em outras moedas, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou à controlada, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou

transferência no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, e quaisquer coligadas da Emissora;

- IX. (a) celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou qualquer forma de repasse ou empréstimo, pela Emissora, de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, (i) a qualquer coligada da Emissora; ou (ii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iii) a qualquer terceiro se a operação for igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas; ou (b) permissão, pela Emissora, que qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora celebre, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repasse ou empreste recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, a qualquer entidade, pessoa física ou pessoa jurídica que não seja a Emissora ou uma controlada da Emissora;
- X. criação ou permissão da existência, pela Emissora, de qualquer Garantia (conforme definido abaixo) outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de empreendimento ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito, incluindo quotas ou ações, e não integralizado), destinada a garantir suas Dívidas (conforme definido abaixo), qualquer de suas Obrigações (conforme definido abaixo) ou Dívidas ou Obrigações de outra Pessoa (conforme definido abaixo), sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia, mas desde que a Garantia não recaia sobre bens do ativo circulante da Emissora de valor contábil superior ao equivalente a 5% (cinco por cento) do EBITDA Consolidado (conforme definido abaixo) dos últimos 4 (quatro) trimestres, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão:



- XI. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo ("Índices e Limites Financeiros"):
- (a) limite máximo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada (conforme definido abaixo) pelo EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres;
  - (b) limite mínimo de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres pela Despesa Financeira Líquida Consolidada (conforme definido abaixo) do mesmo período, sendo permitido à Emissora o desenquadramento do Índice e Limite Financeiro a que se refere esta alínea por, no máximo, 4 (quatro) trimestres, consecutivos ou não, tornando-se obrigatório o reenquadramento após o último dos 4 (quatro) trimestres acima permitidos;
- XII. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, salvo quando autorizadas pelo Poder Concedente (conforme definido no Contrato de Concessão), pela Rede Ferroviária Federal S.A. ou por sua sucessora, e desde que não comprometa ou possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (a) celebração, permissão que sejam renovados ou renovação, pela Emissora, de acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante;
- XV. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas;
- protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja

igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

XVII. condenação da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, ao pagamento de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres, para pagamento em prazo não superior a 1 (um) ano, excluindo depósitos judiciais que tenham sido realizados até a Data de Emissão;

XVIII. ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas dos negócios da Emissora, resultante de mudanças regulatórias, decisões de investimento da Emissora ou alterações nas condições contratuais junto aos clientes da Emissora, que afete, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso; e

não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário.

Para os fins desta Cláusula 6.1, entende-se por:

"Dívida": qualquer obrigação, presente ou futura, real ou contingente, de pagar ou reembolsar quantia tomada em empréstimo, incluindo por meio de aceite ou arrendamento mercantil. A Dívida em moeda estrangeira deve ser convertida em reais para que se possa determinar o valor da Dívida em aberto, utilizando-se para tanto a taxa de venda de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) vigente no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo.

"Dívida Líquida Consolidada": soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações e receitas financeiras e o

diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

"Despesa Financeira Líquida Consolidada": juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de *hedge*, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas, menos as receitas financeiras, incluindo juros acruados e variações monetárias e cambiais obtidas em aplicações financeiras.

"EBITDA Consolidado": lucro operacional antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação ou direito de garantia equivalente, incluindo alienação fiduciária, criado ou existente de acordo com a legislação aplicável.

"Garantias Permitidas":

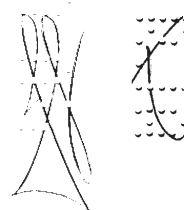
(i) Garantia existente na Data de Emissão;

Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas (a) para assegurar o pagamento de Dívidas incorridas e/ou a incorrer exclusivamente com o propósito de possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais bens, desde que constituída em até 90 (noventa) dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação; ou (b) existentes sobre tais propriedades, ativos (inclusive sobre ações) ou receitas na data de sua aquisição;

Garantia existente sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas de empresas que venham a ser incorporadas pela Emissora;

qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer das Garantias descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, desde que (a) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto da Garantia sendo prorrogada, renovada ou substituída; e (b) o principal da Dívida garantida não seja aumentado; e

qualquer Garantia para assegurar cumprimento de decisões judiciais ou questionamentos judiciais fiscais, tributárias, ambientais, trabalhistas, cíveis e outras, limitadas a qualquer



tempo a um valor global de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

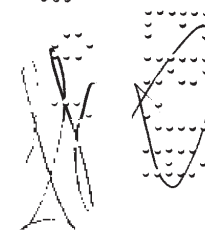
"Obrigações": qualquer obrigação de uma Pessoa de pagar Dívida de outra incluindo (i) obrigação de pagar ou assumir tal Dívida; (ii) obrigação de conceder um empréstimo ou adquirir ou subscrever ações ou valores mobiliários, de adquirir ativos ou serviços de modo a gerar fundos para o pagamento de tal Dívida; (iii) uma indenização decorrente de inadimplência no pagamento de tal Dívida; ou (iv) qualquer acordo que estipule a responsabilidade dessa Pessoa pelo pagamento de tal Dívida.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, IV e VI da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.1.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste



sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## VII

### DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

#### 7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

##### I. fornecer ao Agente Fiduciário:

no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras, auditadas e, se for o caso, consolidadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros;

no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, e, se for o caso, consolidadas, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros;

- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e reuniões do conselho fiscal que envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em

que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

informações sobre alterações de titularidade de ações dos acionistas signatários do Acordo de Acionistas, de emissão da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do relatório enviado pela instituição depositária das ações da Emissora;

- (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições (i) desta Escritura de Emissão imediatamente; e (ii) de quaisquer contratos relevantes às suas atividades de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante; e

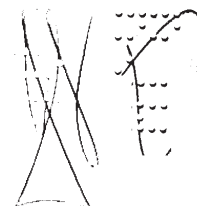
qualquer informação de domínio público que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;

- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;

manter e fazer com que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;

- IV. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;

- V. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;





manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;

manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

- VIII manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;

manter sua programação financeira devidamente adequada, ~~de forma~~ atender, integral e tempestivamente, todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

- X. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);

- XI. contratar, para o início da distribuição pública das Debêntures, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida às Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;

efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo;

notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Emissora;

- XIV. comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada; e

- XV. sempre que qualquer das operações previstas no inciso VII da Cláusula 6.1 acima forem realizadas, (a) informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da respectiva operação; (b) contratar a agência de classificação de risco ali referida (ou qualquer outra de renome) para realizar revisão da classificação de risco das Debêntures e da Emissora ou da empresa resultante, devendo os respectivos relatórios de classificação de risco ser enviados ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva operação; e (c) efetuar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, entregando ao Agente Fiduciário cópia de suas últimas demonstrações financeiras trimestrais, *pro forma*, e, se for o caso, consolidada, refletindo a operação realizada, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros.

## VIII

### DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 8.2 O Agente Fiduciário declara neste ato que:
- I não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
  - II aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  - III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;





- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
  - V verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;  
  
verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
  - VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;  
  
está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - IX. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
  - X. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.
- 8.2. O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretirável, a indenizar os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.2 acima.
- 8.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar os debenturistas, tão logo tenha conhecimento, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.
- 8.3 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.
- 8.4 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das

Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembleia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.6 abaixo.

8.4.1 Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.4.2 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.

8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembleia geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 8.4 acima não delibere sobre a matéria.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.

O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.25 acima.

O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua

substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

parcela única de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de implantação da operação, devida em 16 de setembro de 2004, observado o disposto no inciso II abaixo;

II. parcelas trimestrais de R\$5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) cada, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais), devido ao desconto da parcela única a que se refere o inciso I acima;

ao valor da remuneração serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, contribuição para o Plano de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins) às alíquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a referida remuneração;

IV. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;

V o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

VI a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

na hipótese de ocorrer o cancelamento das Debêntures antes da Data de Vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vencidas

serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 2% (doze por cento) ao ano;

VIII a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e

IX. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso V acima.

Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas.

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

8.7 As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, caso venham a ser constituídas, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- IV. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso V da Cláusula 8.2 acima;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VI da Cláusula 8.2 acima, bem como pelo disposto na Cláusula 5.8.1 acima;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;  
acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;  
emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- X. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de debenturistas;
- XII. comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da assembléia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;  
elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o



inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;  
relação de bens e valores entregues à sua administração;  
cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIV. disponibilizar aos debenturistas o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;  
no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;  
na CETIP e na Bovespa; e
- (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;

manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a CBLC, a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;

coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;

XIX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data que tiver ciência do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à CETIP e à Bovespa; e
- (c) à Emissora; e

custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;



- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

#### IX DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

A presidência da assembléia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

- I os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de valores

previstos nesta Escritura de Emissão; ou (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia de debenturistas, além do disposto no item (i), também serão excluídos os votos em branco.

9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

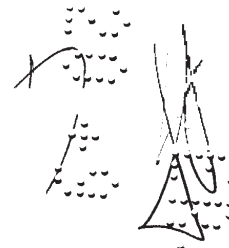
O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

## X DAS DECLARAÇÕES

A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados às Debêntures e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, não comprometem a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário pela Emissora e não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras, diretas ou indiretas) seja parte,

ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

V. os prospectos e suplementos preliminares (se for o caso) e definitivos (em conjunto, "Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Emissora; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes, tendo feito todos os esforços para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;

VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 e aos períodos encerrados em 30 de junho de 2003 e 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

IX. ressalvadas as obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal,

estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

- X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistem, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e
- XI. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador Líder em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

GAN



XI  
DAS DESPESAS

Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII  
DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII  
DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.





PRIMEIRO ADITAMENTO À  
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA TERCEIRA EMISSÃO DE  
MRS LOGÍSTICA S.A.

MRS LOGÍSTICA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 228, sala 1201 E, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.417.222/0001-77, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado de do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem aditar a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A." que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Terceira Emissão de MRS Logística S.A." ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 24 de agosto de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004; (ii) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 24 de agosto de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 14 de setembro de 2004 ("AGE"); e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 6 de outubro de 2004, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário

SAP

X



Mercantil" ("RCA"); pelas quais foram aprovadas (a) a realização de um programa de distribuição de debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a 3ª (terceira) emissão de debêntures pela Emissora, sendo a 1ª (primeira) amparada no Programa de Distribuição, conforme a seguir descrita.

- 1.2 A AGE autorizou o conselho de administração a (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à emissão das Debêntures, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

## II DOS REQUISITOS

2. A emissão e distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação da ata da RCA.* A ata da RCA deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil";
  - II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
  - III. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");



- IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

### III

#### DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga; (ii) a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de condomínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; (iii) a exploração de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário; (iv) atuação, na forma da lei, como operador portuário, executando serviços e operações de movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário; (v) participação em projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos; (vi) execução de todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores; e (vii) exercício de outras atividades que utilizem como base a infra-estrutura da Emissora.

#### IV

##### DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora e o saldo, se houver, permanecerá no caixa da Emissora, como reforço de caixa, de forma a contribuir para o desenvolvimento das suas atividades rotineiras.

#### V

##### DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 5.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie sem preferência (quirografárias).
- 5.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que, na Data de Emissão, (i) o limite de emissão, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor contábil do ativo da Emissora (R\$1.039.088.621,73 (um bilhão, trinta e nove milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos)), diminuído do montante das suas dívidas garantidas por direitos reais (R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e

um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos)), é R\$647.266.942,02 (seiscentos e quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e dois centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$391.821.679,71 (trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), totaliza R\$541.821.679,71 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos).

- 5.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2004 ("Data de Emissão").

*Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2008 ("Data de Vencimento").

*Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 abaixo, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das Debêntures.

*Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.

*Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.

- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").
- 5.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI –

Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido nos termos da Cláusula 5.17.1 abaixo ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração").

5.17.1 *Coletas de intenções de investimento* (bookbuilding). Para definição da Remuneração, foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo coordenador líder da emissão ("Coordenador Líder") por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, a qual foi ratificada pelo conselho de administração da Emissora.

5.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração*. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2005 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

5.17.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração*. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração, a ser paga na data do seu pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$\prod_{i=1}^{i=f}$  = produto dos "i" termos "FI" referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com "i" variando de 1 (um) até "f";

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI<sub>i</sub> = fatores de remuneração, verificados nos "f" dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) calculados com 8 (oito) casas decimais com arredondamento e obtidos a partir da seguinte fórmula:



$$FI = \left[ \left( \frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

$TaxaDI$  = Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dj$  = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $dj$ " um número inteiro; e

$S$  = fator de Sobretaxa, calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[ \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right], \text{ onde:}$$

Sobretaxa informada com 2 (duas) casas decimais, definida e prevista na Cláusula 5.17.1 acima; e

número de dias úteis do Período de Capitalização, sendo " $du$ " um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade.

5.17.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.5 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.17.5 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembleia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do

novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembleia geral de debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de debenturistas, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

*Repactuação.* Não haverá repactuação.

*Resgate antecipado facultativo.* A partir de 1º de setembro de 2006 (inclusive) e desde que a Emissora publique aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de resgate, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de prêmio de resgate antecipado no valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal acrescido da Remuneração, conforme mencionado acima. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Para as debêntures registradas na CETIP, o resultado do sorteio, realizado na presença do Agente Fiduciário, dar-se-á através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND, no mercado secundário.

*Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou





ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

*Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

*Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

- 5.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

o

SDH

X





*Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", e por meio do *site* da Emissora ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

*Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

para a Emissora:

MRS Logística S.A.  
Praia de Botafogo 228, sala 1201 E  
22250-906 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Eduardo P.J. Cassinelli  
Superintendente Financeiro  
Telefone: (21) 2559 4600  
Fac-símile: (21) 2552 2635  
Correio Eletrônico: [edu@mrs.com.br](mailto:edu@mrs.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Av. das Américas 500, Bl. 13, Grupo 205  
22640-100 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Juarez Dias Costa – Diretor  
Telefone: (21) 2493 7003  
Fac-símile: (21) 2493 4746/4901  
Correio Eletrônico: [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

III. para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.  
Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar  
06029-900 Osasco, SP  
At.: Departamento de Ações e Custódia  
Telefone: (11) 3684 4522  
Fac-símile: (11) 3684 5645  
Correio Eletrônico: [4010.acecustodia@bradesco.com.br](mailto:4010.acecustodia@bradesco.com.br)

IV. para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP  
Rua Líbero Badaró 425, 24º andar  
01009-000 São Paulo, SP  
At.: Área de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111 1596  
Fac-símile: (11) 3111 1564  
Correio Eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

V. para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC  
Rua XV de Novembro 275, 5º andar  
01013-001 São Paulo, SP  
At.: Gerência de Acompanhamento de Empresas  
Telefone: (11) 3233 2222  
Fac-símile: (11) 3233 2061  
Correio Eletrônico: [gac@bovespa.com.br](mailto:gac@bovespa.com.br)

- 5.27 *Instituição depositária e banco mandatário.* O Banco Bradesco S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária").

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 Observado o disposto nas Cláusulas abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:



- I. (a) pedido de auto-falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou (c) pedido de concordata formulado pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas);
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas condições expressamente mencionadas nesta Escritura de Emissão e em eventuais alterações posteriores, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- III. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- IV. perda da concessão outorgada à Emissora para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga nos termos do Contrato de Concessão firmado em 28 de novembro de 1996 ("Contrato de Concessão");
- V. alteração no acordo de acionistas da Emissora em vigor na Data de Emissão ("Acordo de Acionistas"), de forma que Companhia Vale do Rio Doce (diretamente ou por meio de suas controladas) e/ou Companhia Siderúrgica Nacional e/ou Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas deixem de deter, individualmente, ações vinculadas ao Acordo de Acionistas equivalentes a, (a) no mínimo, 17% (dezessete por cento) do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas e (b) no máximo, 50% (cinquenta) por cento do total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, ressalvado que este inciso não será aplicável se a ocorrência do aqui disposto resultar de qualquer uma das operações previstas no inciso VI abaixo, desde que a Emissora tenha cumprido com os requisitos ali previstos;
- VI. fusão, incorporação ou cisão da Emissora salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- VII. ocorrência de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo, se for o caso, a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer controlada não será considerada para os fins deste inciso): (a) fusão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (b) incorporação (aplicável apenas à Emissora quando esta for a incorporadora e às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (c) cisão (aplicável apenas às controladas, diretas ou indiretas, da Emissora); (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) das Debêntures atribuída inicialmente à emissão além de 2 (dois) níveis de classificação (*notches*) e/ou a Emissora ou a empresa resultante dos atos acima, conforme o caso, tenha classificação de risco (*rating*) corporativo inferior a A- em escala nacional, conforme determinado pela agência de classificação de risco Standard & Poor's; e/ou (ii) no desenquadramento dos Índices e Limites Financeiros (conforme definido abaixo);
- VIII. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data

de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu contravalor em outras moedas, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou à controlada, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, e quaisquer coligadas da Emissora;

- IX. (a) celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou qualquer forma de repasse ou empréstimo, pela Emissora, de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, (i) a qualquer coligada da Emissora; ou (ii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iii) a qualquer terceiro se a operação for igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas; ou (b) permissão, pela Emissora, que qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora celebre, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repasse ou empreste recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, a qualquer entidade, pessoa física ou pessoa jurídica que não seja a Emissora ou uma controlada da Emissora;
- X. criação ou permissão da existência, pela Emissora, de qualquer Garantia (conforme definido abaixo) outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de empreendimento ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito, incluindo quotas ou ações, e não integralizado), destinada a garantir suas Dívidas (conforme definido abaixo), qualquer de suas Obrigações (conforme definido abaixo) ou Dívidas ou Obrigações de outra Pessoa (conforme definido abaixo), sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia, mas desde que a Garantia não recaia sobre bens do ativo circulante da Emissora de valor contábil superior ao equivalente a 5% (cinco por cento) do EBITDA Consolidado (conforme definido abaixo) dos últimos 4 (quatro)



trimestres, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão;

- XI. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo ("Índices e Limites Financeiros"):
- (a) limite máximo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada (conforme definido abaixo) pelo EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres;
  - (b) limite mínimo de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes para o Índice e Limite Financeiro correspondente à divisão do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres pela Despesa Financeira Líquida Consolidada (conforme definido abaixo) do mesmo período, sendo permitido à Emissora o desenquadramento do Índice e Limite Financeiro a que se refere esta alínea por, no máximo, 4 (quatro) trimestres, consecutivos ou não, tornando-se obrigatório o reenquadramento após o último dos 4 (quatro) trimestres acima permitidos;
- XII. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, salvo quando autorizadas pelo Poder Concedente (conforme definido no Contrato de Concessão), pela Rede Ferroviária Federal S.A. ou por sua sucessora, e desde que não comprometa ou possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- celebração, permissão que sejam renovados ou renovação, pela Emissora, de acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante;
- XV. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de



reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas;

protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

XVII. condenação da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, ao pagamento de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres, para pagamento em prazo não superior a 1 (um) ano, excluindo depósitos judiciais que tenham sido realizados até a Data de Emissão;

XVIII. ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas dos negócios da Emissora, resultante de mudanças regulatórias, decisões de investimento da Emissora ou alterações nas condições contratuais junto aos clientes da Emissora, que afete, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso; e

XX. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário.

Para os fins desta Cláusula 6.1, entende-se por:

"Dívida": qualquer obrigação, presente ou futura, real ou contingente, de pagar ou reembolsar quantia tomada em empréstimo, incluindo por meio de aceite ou arrendamento mercantil. A Dívida em moeda estrangeira deve ser convertida em reais para que se possa determinar o valor da Dívida em aberto, utilizando-se para tanto a taxa de venda de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) vigente no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo.





"Dívida Líquida Consolidada": soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações e receitas financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

"Despesa Financeira Líquida Consolidada": juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de *hedge*, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas, menos as receitas financeiras, incluindo juros acruados e variações monetárias e cambiais obtidas em aplicações financeiras.

"EBITDA Consolidado": lucro operacional antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação ou direito de garantia equivalente, incluindo alienação fiduciária, criado ou existente de acordo com a legislação aplicável.

"Garantias Permitidas":

- (i) Garantia existente na Data de Emissão;

Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas (a) para assegurar o pagamento de Dívidas incorridas e/ou a incorrer exclusivamente com o propósito de possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais bens, desde que constituída em até 90 (noventa) dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação; ou (b) existentes sobre tais propriedades, ativos (inclusive sobre ações) ou receitas na data de sua aquisição;

Garantia existente sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas de empresas que venham a ser incorporadas pela Emissora;

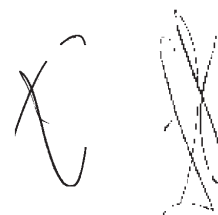
qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer das Garantias descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, desde que (a) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto da Garantia sendo prorrogada, renovada ou substituída; e (b) o principal da Dívida garantida não seja aumentado; e

- (v) qualquer Garantia para assegurar cumprimento de decisões judiciais ou questionamentos judiciais fiscais, tributárias, ambientais, trabalhistas, cíveis e outras, limitadas a qualquer tempo a um valor global de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

"Obrigações": qualquer obrigação de uma Pessoa de pagar Dívida de outra incluindo (i) obrigação de pagar ou assumir tal Dívida; (ii) obrigação de conceder um empréstimo ou adquirir ou subscrever ações ou valores mobiliários, de adquirir ativos ou serviços de modo a gerar fundos para o pagamento de tal Dívida; (iii) uma indenização decorrente de inadimplência no pagamento de tal Dívida; ou (iv) qualquer acordo que estipule a responsabilidade dessa Pessoa pelo pagamento de tal Dívida.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

- 6.1.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, IV e VI da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.1.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.1.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros



valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII  
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I fornecer ao Agente Fiduciário:

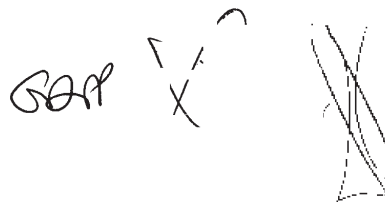
- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras, auditadas e, se for o caso, consolidadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, e, se for o caso, consolidadas, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros;

as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e reuniões do conselho fiscal que envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não

previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (e) informações sobre alterações de titularidade de ações dos acionistas signatários do Acordo de Acionistas, de emissão da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do relatório enviado pela instituição depositária das ações da Emissora;
  - (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições (i) desta Escritura de Emissão imediatamente; e (ii) de quaisquer contratos relevantes às suas atividades de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante; e
  - (g) qualquer informação de domínio público que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- III. manter e fazer com que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- IV. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- V. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;



- VI. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VII. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VIII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- IX. manter sua programação financeira devidamente adequada, de forma a atender, integral e tempestivamente, todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- X. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);
- XI. contratar, para o início da distribuição pública das Debêntures, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida às Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- XII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo;
- notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Emissora;
- comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada; e



- XV. sempre que qualquer das operações previstas no inciso VII da Cláusula 6.1 acima forem realizadas, (a) informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da respectiva operação; (b) contratar a agência de classificação de risco ali referida (ou qualquer outra de renome) para realizar revisão da classificação de risco das Debêntures e da Emissora ou da empresa resultante, devendo os respectivos relatórios de classificação de risco ser enviados ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva operação; e (c) efetuar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, entregando ao Agente Fiduciário cópia de suas últimas demonstrações financeiras trimestrais, *pro forma*, e, se for o caso, consolidada, refletindo a operação realizada, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros.

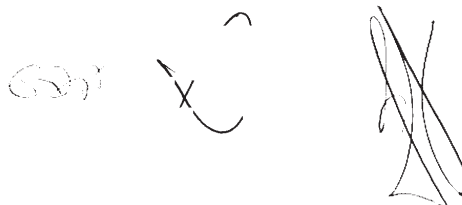
#### VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

O Agente Fiduciário declara neste ato que:

não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;





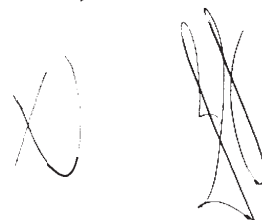
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- V. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- VIII. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IX. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- X. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.

O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irrevogável, a indenizar os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.2 acima.

- 8.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar os debenturistas, tão logo tenha conhecimento, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das





Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembleia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.6 abaixo.

Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.

- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

- 8.4.6 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembleia geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 8.4 acima não delibere sobre a matéria.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.

- 8.4.8 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.25 acima.

- 8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua

GDM



substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- I. parcela única de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de implantação da operação, devida em 16 de setembro de 2004, observado o disposto no inciso II abaixo:
- II. parcelas trimestrais de R\$5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) cada, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais), devido ao desconto da parcela única a que se refere o inciso I acima;
- III. ao valor da remuneração serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, contribuição para o Plano de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins) às alíquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a referida remuneração;
- IV. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
- V. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- VI. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- VII. na hipótese de ocorrer o cancelamento das Debêntures antes da Data de Vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas

serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;

- VIII. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e
- IX. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso V acima.

Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas.

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, caso venham a ser constituídas, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- IV. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso V da Cláusula 8.2 acima;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VI da Cláusula 8.2 acima, bem como pelo disposto na Cláusula 5.8.1 acima;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- X. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de debenturistas;
- XII. comparecer à assembleia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da assembleia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de debenturistas;
- XIII. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o

inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;  
posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;  
cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIV. disponibilizar aos debenturistas o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;  
na CETIP e na Bovespa; e
- (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

XV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;

manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a CBLC, a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;

XVII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;

notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data que tiver ciência do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à CETIP e à Bovespa; e
- (c) à Emissora; e

XX custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;



- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

#### IX DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência da assembléia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de valores

previstos nesta Escritura de Emissão; ou (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum deliberação em qualquer assembléia de debenturistas, além do disposto no item (i), também serão excluídos os votos em branco.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

#### X DAS DECLARAÇÕES

A Emissora neste ato declara que

- é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados às Debêntures e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, não comprometem a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário pela Emissora e não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras, diretas ou indiretas) seja parte,

ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. os prospectos e suplementos preliminares (se for o caso) e definitivos (em conjunto, "Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Emissora; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 e aos períodos encerrados em 30 de junho de 2003 e 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. ressalvadas as obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

- X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistente, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão: e
- XI não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.
10. 1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador Líder em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
10. 2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

XI  
DAS DESPESAS

1. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII  
DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII  
DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

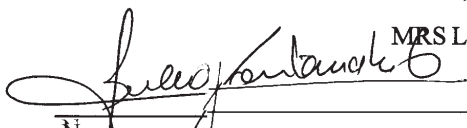

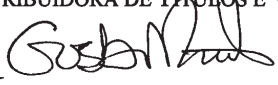
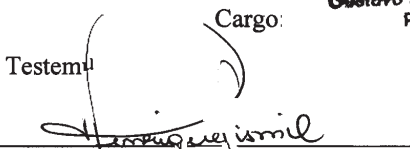
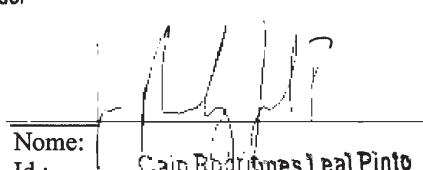
A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

### XV DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2004

MRS LOGÍSTICA S.A.	
 Nome: <b>JULIO FONTANA NETO</b> Cargo: <b>Diretor Presidente</b>	 Nome: <b>HENRIQUE ACHÉ PILLAR</b> Cargo: <b>Diretor Financeiro, de Desenvolvimento e Relações com Investidores</b>
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	
 Nome: <b>Gustavo Dezouart T. Pinto</b> Cargo: <b>Procurador</b>	
Testem:  Nome: <b>Carlos Henrique Correa Siamit</b> Id.: <b>0.896.377-68</b> CPF/MF: <b>IFP 9509185-4</b>	 Nome: <b>Caio Rodrigues Leal Pinto</b> Id.: <b>RG 10853980-0 IFP/RJ</b> CPF/MF: <b>CPF 087.739.077-07</b>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ANEXO B**

Atos Societários Relativos à Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**MRS LOGÍSTICA S/A**  
**CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77**  
**NIRE nº 33.300.163.565**  
**Sociedade Anônima de Capital Aberto**  
**Registro CVM nº 01794-9**

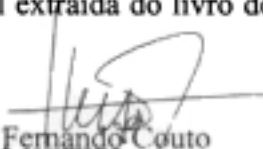
Ata da Reunião do Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada às 14:00 horas do dia 24 de agosto de 2004.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2004, às 14:00 horas, na sede social da Companhia situada à Praia de Botafogo, 228, 12º andar, sala 1201-E, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A, sob a Presidência do Sr. Marcus Jurandir de Araújo Tambasco e com a presença da maioria dos seus membros. Instalados os trabalhos o Sr. Presidente convidou a mim, Hudson Fernando Couto, para servir como secretário e explicou que este Conselho foi convocado regularmente na forma do Estatuto Social. Em sucessivo, o Conselho aprovou, por unanimidade, a recomendação à assembléia geral para que esta aprove: 1. o programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Programa de Distribuição"), postergando para os momentos das ofertas as condições específicas das respectivas emissões; 2. a emissão de debêntures realizada ao amparo do Programa de Distribuição, não conversíveis em ações, da espécie sem preferência (quirografária) ou, se a espécie sem preferência não for permitida pela Comissão de Valores Mobiliários, da espécie subordinada, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Emissão"); 3. a autorização ao Conselho de Administração, (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, a deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à Emissão, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Companhia; 4. a autorização ao Conselho de Administração e à Diretoria, conforme o caso, para tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais ór-



gãos competentes, bem como para celebrar a escritura de emissão e assinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários; e 5. a confirmação e ratificação de todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Emissão que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembléia Geral. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, indo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Marcus Jurandir de Araújo Tambasco, Presidente; Hudson Fernando Couto, Secretário; Marcus Jurandir de Araújo Tambasco; Marcos Marinho Lutz; Lauro Henrique Campos Rezende; Tito Botelho Martins Júnior; Hugo Serrado Stoffel; Guilherme Frederico Escalhão; Francisco Nuno Pontes Correia Neves; José Francisco Martins de Viveiros e Joaquim de Souza Gomes.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.




Hudson Fernando Couto  
Secretário

**MRS LOGÍSTICA S/A**  
**CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77**  
**NIRE nº 33.300.163.565**  
**Sociedade Anônima de Capital Aberto**  
**Registro CVM nº 01794-9**

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada em 24 de agosto de 2004.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2004, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da MRS LOGÍSTICA S/A, representando mais de um quarto do capital social com direito de voto, conforme consta do Livro de Presença dos Acionistas. Assumindo a Presidência da Mesa, na forma do artigo 8º do Estatuto Social, o Sr. Marcus Jurandir de Araújo Tambasco, Presidente do Conselho de Administração, convidou a mim, Hudson Fernando Couto, para servir como Secretário. Dessa forma, depois de verificar a existência de quorum exigido por lei, o Sr. Presidente determinou ao Secretário que procedesse à leitura do edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2004, o que foi feito, sendo transcrito, a seguir, o seu inteiro teor: “EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - MUDANÇA DE DATA E DA ORDEM DO DIA - Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S/A informados que a Assembléia Geral Extraordinária convocada para o dia 09 de agosto de 2004, às 9:30 horas, através do edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, edições de 23, 26 e 27 do mês de julho passado, deverá realizar-se no dia 24 de agosto de 2004, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede social sita à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, para tomar as seguintes deliberações: 1. Aprovar o programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (Programa



de Distribuição"). 2. Aprovar a emissão de debêntures realizada ao amparo do Programa de Distribuição, não conversíveis em ações, da espécie sem preferência (quirografária) ou, se a espécie sem preferência não for permitida pela Comissão de Valores Mobiliários, da espécie subordinada, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Emissão"). 3. Autorizar o Conselho de Administração, (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, a deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à Emissão, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Companhia. 4. Autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, bem como para celebrar a escritura de emissão e assinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários. 5. Confirmar e ratificar todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Emissão que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembleia Geral. Observação: Os acionistas deverão apresentar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, especialmente documento de identidade e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais expedido pelo Banco Bradesco S/A, instituição depositária. Na hipótese de acionista pessoa jurídica, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a sua representação legal. A representação por procuração deverá obedecer rigorosamente às determinações do parágrafo 1º do supramencionado art. 126. No caso de custódia, o acionista deverá apresentar comprovante expedido pela instituição financeira depositária. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2004. Marcus Jurandir de Araújo Tambasco - Presidente do Conselho de Administração". Encerrada a leitura e após as explicações



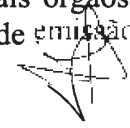


necessárias sobre as vantagens financeiras decorrentes da implementação do Plano de Distribuição, a Assembléia Geral aprovou, por unanimidade: 1. a realização de programa de distribuição pública de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Programa de Distribuição"), ficando postergado para os momentos das ofertas as condições específicas das respectivas emissões; 2. a emissão de debêntures pela Companhia, amparada no Programa de Distribuição, bem como sua distribuição pública no mercado interno, de acordo com as seguintes características ("Emissão"): (i) valor: R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na data de emissão das debêntures; (ii) séries: série única; (iii) número e valor nominal: 15.000 (quinze mil) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais); (iv) forma: as debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; (v) convertibilidade: as debêntures não serão conversíveis em ações; (vi) espécie: as debêntures serão da espécie sem preferência (quirografária) ou, se a espécie sem preferência não for permitida pela Comissão de Valores Mobiliários, da espécie subordinada; (vii) data de emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de setembro de 2004; (viii) prazo de vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de emissão; (ix) colocação: as debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das debêntures; (x) forma de subscrição e de integralização: a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT. O pagamento do preço de subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional; (xi) preço de subscrição: as debêntures serão subscritas pelo valor nominal, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data de integralização; (xii) negociação: a emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND e do Sistema Bovespa Fix; (xiii) pagamento do valor nominal: o valor nominal das debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na data de vencimento; (xiv) remuneração: sobre o valor nominal das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias





diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido conforme procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos coordenadores da Emissão por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, a qual será ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão; (xv) repactuação: não haverá repactuação; (xvi) resgate antecipado facultativo: a partir de 1º de setembro de 2006 (inclusive) e desde que a Companhia publique aviso aos debenturistas com antecedência, a Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do valor nominal, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento do resgate, e de prêmio de resgate antecipado no valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor nominal acrescido da remuneração, conforme mencionado acima. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis; 3. autorizar o Conselho de Administração, (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, a deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à Emissão, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Companhia; 4. em consequência das deliberações acima, autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, a tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, bem como para negociar e celebrar a escritura de emissão e as-



sinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários; 5. confirmar e ratificar todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Emissão que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente a esta data. Esclareceu, ainda, o Presidente que a emissão de debêntures de que trata a presente já fora, também, previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data. Finalmente, ficou decidido, também por unanimidade, que a ata desta Assembléia Geral Extraordinária poderá ser publicada, em extrato, com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 130 da já referida Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, achada conforme e aprovada, por unanimidade, sendo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Marcus Jurandir de Araújo Tambasco – Presidente; Hudson Fernando Couto – Secretário; p. Companhia Siderúrgica Nacional, .Paulo Roberto Gozzi.; p. Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR, .Guilherme Frederico Escalhão e Nelson Lara dos Reis; p. Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, .Guilherme Hallack Lanziotti.; p. Companhia Vale do Rio Doce, Maria Izabel dos Santos Vieira; Marcus Jurandir de Araújo Tambasco; Hudson Fernando Couto, por procuração de Fernando Henrique de Menezes Oliveira;

Declaro que a presente é cópia autêntica da ata lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

  
Hudson Fernando Couto

Secretário

**MRS LOGÍSTICA S/A**  
**CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77**  
**NIRE nº 33.300.163.565**  
**Sociedade Anônima de Capital Aberto**  
**Registro CVM nº 01794-9**

Ata da Reunião do Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada às 15:00 horas do dia 06 de outubro de 2004.

Aos 06 dias do mês de outubro de 2004, às 15:00 horas, na sede social da Companhia situada à Praia de Botafogo, 228, 12º andar, sala 1201-E, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A, sob a Presidência do Sr. Marcus Jurandir de Araújo Tambasco e com a presença da totalidade dos seus membros. Instalados os trabalhos o Sr. Presidente convidou a mim, Fernando Henrique de Menezes Oliveira, para servir como secretário e explicou que este Conselho foi convocado regularmente na forma do Estatuto Social. Em sucessivo, o Conselho aprovou, por unanimidade, relativamente à terceira emissão, pela Companhia, de debêntures para colocação no mercado de capitais nacional: 1) ratificar, conforme previsto na assembléia geral extraordinária realizada em 24 de agosto de 2004, o *spread* ou sobretaxa de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido conforme procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos coordenadores da emissão por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2004; e 2) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora aprovadas, podendo, inclusive, celebrar aditamento à escritura de emissão de debêntures e quaisquer outros instrumentos relativos à emissão das debêntures. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, indo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Marcus Jurandir de Araújo Tambasco, Presidente; Fernando Henrique de Menezes Oliveira, Secretário; Marcus Jurandir de Araújo Tambasco; Delson de Miranda Tolentino; Marcos Marinho Lutz; Lauro Henrique Campos Rezende; Otávio de Gar-



1

cia Lazcano; Tito Botelho Martins Júnior; Hugo Serrado Stoffel; Guilherme Frederico Escalhão; Francisco Nuno Pontes Correia Neves; José Francisco Martins de Viveiros e Joaquim de Souza Gomes.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.



Fernando Henrique de Menezes Oliveira  
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO C**

---

### Súmula da Classificação de Risco Atribuída às Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**MRS Logística S.A.**

Analistas: Reginaldo Takara, São Paulo (55) 11-5501-8932; Claudio Gallina, São Paulo (55) 11-5501-8938

Escala Nacional Brasil  
Rating de Crédito Corporativo:  
'brA/Estável/-'

3ª emissão de debêntures  
quirografárias  
Valor: até R\$ 500 milhões  
Vencimento: 2008  
Rating de emissão: 'brA'

**Fundamentos**

A Standard & Poor's Ratings Services elevou em 25 de agosto de 2004 o rating na Escala Nacional Brasil da MRS Logística S.A. (MRS) de 'brA-' para 'brA'. Ao mesmo tempo, o rating 'brA' foi atribuído à terceira emissão de debêntures quirografárias da empresa, no valor de até R\$ 500 milhões e prazo de quatro anos, com taxa a ser definida. A perspectiva do rating é estável.

A elevação do rating na Escala Nacional Brasil da MRS reflete a melhora no seu perfil da dívida em função da redução de sua exposição cambial e de sua dívida total graças aos fortes resultados operacionais obtidos desde 2003, o que lhe permitiu apresentar contínua melhora nos indicadores de alavancagem. Além disso, a elevação também reflete a expectativa de crescimento consistente na geração interna de caixa (*Funds From Operations* - FFO) nos próximos anos, em função do aumento da capacidade da ferrovia e da manutenção de fortes margens operacionais. Nesse sentido, a Standard & Poor's espera que a MRS seja capaz de financiar parte substancial dos investimentos programados para os próximos anos com geração própria de caixa. As perspectivas de demanda pelo transporte de minério de ferro, sua principal carga, devem continuar positivas a médio prazo e a estratégia de diversificação de cargas domésticas também deve continuar produzindo resultados positivos.

Os ratings atribuídos à MRS refletem um modelo tarifário favorável contratado com seus principais clientes com cargas cativas que lhe permite repassar aumentos de custos e assim manter margens estáveis e geração de caixa sólida para honrar o serviço de sua dívida. Além disso, a empresa tem melhorado continuamente sua eficiência operacional com a redução de custos, aumentando volumes e melhorando gradativamente a diversificação com a captura de novas cargas. A MRS se beneficia do direito de concessão pelos próximos 22 anos, renováveis por mais 30 anos, para prestar serviços de transporte ferroviário a diversos exportadores de minério de ferro e a produtores de aço de classe mundial na região (alguns deles também clientes com cargas cativas e acionistas da MRS). Esses aspectos são parcialmente compensados pela alavancagem financeira relativamente elevada da empresa, por certa concentração da base de clientes e pela intensidade de capital típica do setor ferroviário. Para fins de análise, a Standard & Poor's ajusta os índices de alavancagem da empresa adicionando à sua dívida o valor presente da obrigação de concessão e do arrendamento com a RFFSA, bem como o valor dos novos contratos de arrendamento mercantil de locomotivas e vagões contratados pela MRS (que, juntos, somavam US\$486 milhões em junho de 2004).

A MRS tem consistentemente apresentado elevados níveis de crescimento de produção (tendo sido de 14% nos primeiros seis meses de 2004) durante os últimos anos em razão de investimentos em via permanente, recuperação e manutenção de vagões e locomotivas e freqüente revisão de operações e sistemas, permitindo melhor aproveitamento de seu parque operacional. A rentabilidade operacional no primeiro semestre de 2004, medida pela margem

EBITDA e ajustada pelo efeito da capitalização da concessão (*Operating Lease Adjustment*), alcançou 47% – ligeiramente inferior aos 54% reportados em dezembro de 2003 em função de algumas pressões de custo (como combustível e manutenção geral – em razão do maior volume transportado no período), mas ainda assim acima da média de 42% dos cinco anos anteriores. O FFO se manteve praticamente estável em 18% em relação à dívida total durante os doze últimos meses findos em junho de 2004 (19% em igual período do ano passado).

A forte demanda por minério de ferro transoceânico tem indiretamente beneficiado os resultados da MRS. O volume total da MRS tem aumentado consistentemente, alcançando 46 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano (com expectativas por parte da empresa de alcançar 98 milhões de toneladas ao final de 2004). Apesar da crescente diversificação da carga transportada, a MRS ainda deve se manter concentrada no transporte de minério de ferro (responsável por cerca de 70% do volume total transportado) durante os próximos anos. De qualquer forma, esse quadro sustenta a situação de mercado protegida da empresa, uma vez que o nível de concorrência de outros modais nesse tipo de carga é relativamente baixo. Ainda que a maior parte do volume transportado pela MRS seja exportada, tornando-lhe menos exposta ao volátil ambiente econômico local, o resultado da empresa depende da flutuação do volume de carga transportado no longo prazo.

A MRS vem melhorando seu perfil financeiro ao reduzir o montante e alongar o perfil de sua dívida, e ao diminuir sua exposição cambial. Por outro lado, pelo critério da Standard & Poor's, o principal passivo da empresa é o pagamento da obrigação de concessão e arrendamento à RFFSA que, embora tenha impacto negativo sobre os indicadores de alavancagem da empresa, tem seus riscos mitigados por sua natureza de longo prazo (22 anos). Dentre as principais medidas para melhorar o perfil de seu endividamento destaca-se a futura emissão de R\$150 milhões de debêntures – com pagamento integral final (*bullet*) em quatro anos –, visando o alongamento da dívida em reais e a manutenção da liquidez da MRS. Além disso, a empresa vem gerenciando a liquidação de suas dívidas em dólares, também tendo contratado *hedge* para suas operações de longo prazo de arrendamento mercantil denominadas em moeda estrangeira. Espera-se que a dívida total da MRS diminua em cerca de US\$130 milhões até o final do ano, melhorando o índice de dívida total em relação ao EBITDA para 3,9x (de uma média de 6,8x durante os últimos cinco anos). A Standard & Poor's espera que a MRS mantenha um perfil de dívida mais conservador mesmo em se considerando os investimentos projetados até 2008 – em torno de US\$80 a US\$100 milhões por ano, tanto em locomotivas e vagões quanto em sistema operacional e sinalização.

Também contribui para a manutenção de seu perfil financeiro o modelo tarifário acordado entre a MRS e seus clientes com cargas cativas – ao permitir o repasse tanto da variação de seus custos operacionais (inclusive concessão, arrendamento e combustíveis, principal variável na composição de custos da MRS), quanto da variação de despesas financeiras para as tarifas cobradas desses clientes. Em grande parte, o fortalecimento da rentabilidade operacional (e conseqüentemente da geração de caixa) da empresa nos últimos anos tem sido decorrente do modelo tarifário adotado e dos contínuos esforços para controle de custos. Assim, a MRS vem apresentando indicadores de cobertura/proteção de fluxo de caixa crescentes – cobertura de juros pelo EBITDA girando em torno de 2,2x em 2004. Ainda que a Standard & Poor's acredite que grande parte dos ganhos de produtividade se preservará no futuro, a redução da alavancagem da empresa poderá levar a uma diminuição da importância do modelo tarifário na formação de margens da empresa. Embora esse processo possa resultar em margens

nominalmente menores, os índices de proteção de fluxo de caixa devem permanecer sólidos.

### Liquidez

A posição de liquidez da MRS tem melhorado desde 2003. Sua dívida total de curto prazo em junho de 2004 somava aproximadamente US\$84 milhões, sendo composta basicamente por US\$69 milhões de empréstimos bancários e amortização de principal e juros das debêntures já existentes (programa de US\$145 milhões de debêntures locais), e US\$15 milhões referentes às parcelas de curto prazo de operações de *leasing*. Mesmo ao se considerar os US\$38 milhões referentes ao pagamento da concessão no curto prazo, o saldo remanescente de caixa da MRS de US\$100 milhões revela um confortável colchão de liquidez para que a empresa faça frente a essas obrigações. A empresa tem tido sucesso na redução de suas dívidas de capital de giro com bancos desde 2003, embora mantenha algumas operações de financiamento de importação. O fluxo de caixa livre gerado entre janeiro e junho de 2004 de US\$65 milhões é suficiente para que a empresa mantenha seu programa estratégico de investimentos.

A posição de caixa da empresa deve se reduzir um pouco após o pagamento das dívidas de curto prazo, bem como com o pré-pagamento de algumas operações financeiras. As parcelas mais significativas com referência à segunda emissão de debêntures (cujo montante em circulação monta R\$ 313 milhões) devem ser amortizadas a partir de 2004 (20% em 2005, 25% em 2006 e 30% em 2007). A Standard & Poor's acredita que o risco de refinanciamento da empresa é relativamente baixo, uma vez que a sua forte geração de caixa deve lhe permitir fazer frente a tais passivos com geração interna de caixa.

### Perspectiva

A perspectiva estável do rating na Escala Nacional Brasil reflete a expectativa da Standard & Poor's de que os fundamentos de negócios da MRS (essencialmente representados por sua favorável posição de mercado em transporte de minério de ferro) lhe permitirão manter positivo seu fluxo de caixa – fator este chave para financiar sua estratégia de investimentos, mantendo níveis adequados de alavancagem. A Standard & Poor's espera que a MRS continue crescendo seus volumes transportados, adicionando novas cargas nos próximos anos, bem como mantendo forte controle de seus custos para a manutenção de sua rentabilidade operacional. A perspectiva estável também considera a manutenção da forte demanda por minério de ferro transoceânico, bem como, ainda que em menor escala, melhoras no ambiente doméstico. A MRS poderia ter a sua perspectiva alterada para positiva no caso de manter a tendência crescente de proteção do seu fluxo de caixa (com indicadores de cobertura de juros por EBITDA em níveis superiores a 3x), o FFO acima de 25-30% durante os próximos meses, bem como a rentabilidade (calculada pela margem EBITDA ajustada pela concessão) em torno de 50%. Por outro lado, a reversão na tendência desses indicadores – seja por aumento da dívida da empresa, seja por redução de transporte de carga ou seja por outros motivos externos como revisão do modelo tarifário ou discordância entre acionistas – poderá gerar pressão negativa sobre os ratings da empresa e suas perspectivas.

Publicado pela Standard & Poor's, uma divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, New York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, New York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2004 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. Reprodução total ou parcial é expressamente proibida exceto sob permissão. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes consideradas confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, adequação ou completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizarem tais informações.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO D**

---

Manifestação da ANTT

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANTT**  
**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**  
**DIRETORIA-GERAL**

SBN - Quadra 02 - Lote 17 - Bloco C - 12º andar - Brasília - DF - CEP: 70040-020  
Tel.: (61) 410-1990 - Fax: (61) 410-1985 e-mail: dg@antt.gov.br

Ofício nº 507/2004/ANTT

Brasília, 04 de outubro de 2004.

Ao Senhor  
JULIO FONTANA NETO  
Diretor-Presidente  
MRS Logística S.A.  
Praia de Botafogo, 228 - sala 1201 E  
22250-906  
Rio de Janeiro - RJ

**Assunto:** Programa de Emissão de Debêntures Não Conversíveis - Carta 099/PR/04

Senhor Diretor-Presidente:

Côpia  
Com relação ao Programa de Emissão de Debêntures Não Conversíveis da MRS Logística S.A., comunicado à esta Agência através da Carta 099/PR/04, de 09 de agosto de 2004, temos a informar que, analisadas as informações contidas no Prospecto Preliminar de 26 de agosto de 2004, considerando os termos do OFÍCIO/CVM/SRE/SEP/Nº 035/2004, de 29 de setembro de 2004, destinado ao Banco Pactual S.A. e encaminhado com cópia à ANTT e, por fim, considerando o que foi discutido na reunião realizada no dia 01 de outubro de 2004, na Comissão de Valores Mobiliários, sobre o assunto em tela, com participação da ANTT, não vemos nenhum óbice à implementação do mesmo, dentro das condições que nos foram informadas.

Atenciosamente,



JOSÉ ALEXANDRE N. DE RESENDE  
Diretor-Geral

C/ Cópia à CVM - Comissão de Valores Mobiliários



**Carta 099/PR/04**

Juiz de Fora (MG), 9 de agosto de 2004

A Sua Senhoria  
**Dr. JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE**  
DD. Diretor-Geral  
**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT**  
Setor Bancário Norte (SBN) – Quadra 2 – Lote 17 – Bloco C – 12º andar  
Brasília – DF  
70040-020

*Programa de Distribuição de Debêntures*

Senhor Diretor-Geral

Dando continuidade à nossa política de informar à ANTT, na qualidade de Ente Regulador, os fatos mais relevantes a respeito do serviço público de transporte ferroviário de carga concedido à MRS, no que concerne ao desempenho desta atividade e em relação às operações que a MRS desenvolve no afã de incrementar valor ao negócio, alavancando os investimentos necessários, damos ciência a V. Sa. e também a essa Agência de que a MRS está preparando **Programa de Distribuição de Debêntures Não Conversíveis**, com base nos seguintes parâmetros:

**1. Descrição do Programa**

Debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, quirografárias (sem preferência) ou subordinadas, no montante de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais), à luz da Instrução CVM nº 400, de 29/12/03;

É nosso entendimento que, visto que as debêntures que deverão ser emitidas no referido Programa não serão conversíveis em ações e que este Programa não envolve garantias reais ou cessão de direitos emergentes da Concessão outorgada à MRS, não há necessidade de anuência prévia da ANTT:

ANTT/DG/GAB  
E. MANAGE

Al.



2. **Emissão**  
Debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, quirografárias (sem preferência) ou subordinadas, no montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais);
3. **Programa de Distribuição**  
O Programa de Distribuição, conforme prevê o §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, deverá ser submetido, em 24 de agosto de 2004, ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Extraordinária da MRS, que deliberarão sobre as matérias que lhe sejam afetas; e
4. **Providências**  
Após a aprovação do Programa e suas conseqüentes deliberações, a Diretoria da MRS será autorizada a adotar, nas condições aprovadas, as medidas tendentes ao arquivamento, ante os órgãos competentes, do Programa de Distribuição, podendo, para o fiel desempenho de suas premissas, implementar as medidas de celebração da Escritura, contratação de agentes e outras.

Esperando ter apresentado a V. Sa. as informações de que dispomos sobre a operação de lançamento das debêntures, firmamos a presente, colocando-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Com protestos de estima e consideração.

Atenciosamente



**MRS LOGÍSTICA S. A.**  
**JULIO FONTANA NETO - DIRETOR-PRESIDENTE**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# M R S

**Logística S.A.**



A melhor

Este Suplemento está disponível no Website:  
[www.mercadosdecapitais.com.br](http://www.mercadosdecapitais.com.br)

  
LUZ  
(11) 3259-3000